



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-271-5 DOI 10.22533/at.ed.715201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quarto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles que pensam a Educação Inclusiva em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a inclusão. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo a Educação Inclusiva.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	
Anatália Dejane Silva de Oliveira Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7152019081	
CAPÍTULO 2	14
MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS	
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos Waldísia Rodrigues de Lima Graciliana Garcia Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7152019082	
CAPÍTULO 3	24
JOGO LIBRÁRIO DO MEIO AMBIENTE: TECNOLOGIA SOCIAL E DESIGN PARA O ENSINO DE LIBRAS	
Flavia Neves de Oliveira Castro Nadja Maria Mourão Rita de Castro Engler Isabela Cristina Teixeira Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7152019083	
CAPÍTULO 4	33
INCLUSÃO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS	
Marina Barros Batista Almir Vieira de Sousa Neto Jackeline Dias Cunha Nogueira Amanda Azevedo Torres Esther Barata Machado Barros Yndri Frota Farias Marques Tamara Simão Bosse Adriano Joab Meneses Mesquita Rebeca Coêlho Linhares Luana Cristina Farias Castro Áurea Izabel de Andrade Barroso Clesivane do Socorro Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7152019084	
CAPÍTULO 5	38
A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM TEA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Paloma Rodrigues Cardozo Andreia Mendes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7152019085	
CAPÍTULO 6	46
LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL	
Alana Francine Freitas Xavier Larissa Ingreddy Tavares Andreia de Cassia Silva Machado	

Ludmila Grego Maia
Patrícia Leão da Silva Agostinho
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí
Katarinne Lima Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7152019086

CAPÍTULO 7 52

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva
Antonia Kátia Soares Maciel

DOI 10.22533/at.ed.7152019087

CAPÍTULO 8 61

O PAINEL SENSORIAL COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisca Helen Veloso Euzébio
Ana Caroline Marques de Araújo
Renata Gomes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.7152019088

CAPÍTULO 9 70

POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.7152019089

CAPÍTULO 10 75

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS SURDAS: ESPAÇO DE INTERAÇÃO E VISIBILIDADE DA CULTURA SURDA

Marcia Pereira de Sousa
Normandia de Farias Mesquita Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.71520190810

CAPÍTULO 11 85

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LIBRAS

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.71520190811

CAPÍTULO 12 95

LIBRAS EM MODALIDADE SINALIZADA E O PORTUGUÊS EM MODALIDADE ESCRITA: OS SURDOS EM MEIO À SOCIEDADE GRAFOCÊNTRICA

Josiane Coelho da Costa
Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71520190812

CAPÍTULO 13 105

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMINOLOGIAS EM LIBRAS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA

Tháisa Cardoso Nascimento Borges
Maloní Montanini Mafei César
Michelly Christine dos Santos
Lourena Cristina de Souza Barreto

DOI 10.22533/at.ed.71520190813

CAPÍTULO 14 119

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Beatriz Guimarães Quadros
Daniele Pereira de Sousa
Simone Maria Campelo Machado
Degiane da Silva Farias

DOI 10.22533/at.ed.71520190814

CAPÍTULO 15 134

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Amisse Alberto
Márcia de Fátima Barbosa Corrêa
Neusa Teresinha Rocha dos Santos
Cláudia Aparecida Prates

DOI 10.22533/at.ed.71520190815

CAPÍTULO 16 141

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DO IFRN

Josanilda Mafra Rocha de Moraes
Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.71520190816

CAPÍTULO 17 152

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE INGLÊS PARA SURDOS

Bruna de Oliveira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.71520190817

CAPÍTULO 18 159

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Andréia Farias de Jesus
Ana Marta Gonçalves Soares
Daniel Costa Gomes de Souza
Lucas Bastos de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.71520190818

CAPÍTULO 19 167

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Samantha Sena e Pinto
Julia Freitas
Ivonete Barreto de Amorim
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

DOI 10.22533/at.ed.71520190819

CAPÍTULO 20 180

O ESTUDO DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.71520190820

CAPÍTULO 21	187
REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DISLEXIA: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Marília Piazzzi Seno	
Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.71520190821	
CAPÍTULO 22	196
O <i>CUIDADOR</i> ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO	
Rosimar Bortolini Poker	
Bruna Caroline Cardoso Komatsu	
DOI 10.22533/at.ed.71520190822	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 03/08/2020

Amisse Alberto

<http://lattes.cnpq.br/7936737303018757>

Márcia de Fátima Barbosa Corrêa

<http://lattes.cnpq.br/0990899605661204>

Neusa Teresinha Rocha dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/5871046843193429>

Cláudia Aparecida Prates

<http://lattes.cnpq.br/7590236831926852>

RESUMO: O presente capítulo, cujo objeto é a legislação de educação inclusiva, tem como objetivo identificar os aspectos gerais da legislação que orienta a política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil e em Moçambique. A estratégia metodológica adotada para o estudo consistiu fundamentalmente na pesquisa documental que permitiu a consulta de diferentes dispositivos legais que regulamentam a atividade educativa, com foco na especificidade de Atendimento Educacional Especializado nos contextos analisados. Atendendo que a política da educação inclusiva compreende uma complexidade maior de elementos, os eixos de análise incidiram sobre três aspectos designadamente: níveis de ensino, público-

alvo e serviço de apoio aos alunos. A análise dos dados revelou algumas similaridades e diferenças entre as legislações dos dois países. As similaridades são essencialmente referentes à recomendação ao uso de recursos multifuncionais no processo de atendimento especializado, enquanto as diferenças consistem no critério da definição do público-alvo. A política de educação inclusiva brasileira define o público-alvo da educação especial tendo em conta as deficiências, o transtorno do espectro autista e as altas habilidades ou superdotação enquanto a moçambicana procura realçar as NEE severas, deficiências físicas, sensoriais e mentais, deficiências múltiplas graves e atraso mental profundo como critérios principais de elegibilidade dos alunos para a educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Contextos. Brasil. Moçambique.

SPECIAL EDUCATION IN DIFFERENT CONTEXTS: BRAZIL AND MOZAMBIQUE

ABSTRACT: This article, whose object is the legislation on inclusive education, aims to identify the general aspects of the legislation that guides the Special Education policy from the perspective of inclusive education in Brazil

and in Mozambique. The methodological strategy adopted for the study consisted mainly of documentary research that allowed the consultation of different legal provisions that regulate educational activity, focusing on the specificity of Specialized Educational Assistance in the analyzed contexts. Given that the policy of inclusive education comprises a greater complexity of elements, the axes of analysis focused on three aspects namely: levels of education, target audience and support service for students. Data analysis revealed some similarities and differences between the laws of the two countries. The similarities are essentially related to the recommendation to use multifunctional resources in the specialized service process, while the differences consist of the criterion for defining the target audience. The Brazilian inclusive education policy defines the target audience of special education taking into account the disabilities, the autism spectrum disorder and the high abilities or giftedness while the Mozambican seeks to highlight severe SEN, physical, sensory and mental disabilities, severe multiple disabilities and profound mental retardation as major criteria for students' eligibility for special education.

KEYWORDS: Special education. Contexts. Brazil. Mozambique

1 | INTRODUÇÃO

A educação, tal como outras atividades providenciadas pelo Estado, a sua prática é regulamentada por uma política. De forma geral a política é entendida como conjunto de dispositivos, geralmente, planejados e concebidos “nos limites de Estados-Nação ou de fronteiras nacionais [como] uma declaração de algum tipo – ou ao menos uma decisão sobre como fazer as coisas” (BALL; MAINARDES, 2011, p.14).

Sendo a educação um vasto campo de práticas educacionais, envolve uma diversidade maior de políticas. Neste contexto, esta abordagem centra a sua atenção na política da educação inclusiva, na perspectiva de Atendimento Educacional Especializado tendo como objetivo identificar as práticas de inclusão escolar no Brasil e em Moçambique sublinhando os aspectos comuns e específicos de cada um dos contextos.

A problemática da inclusão escolar, embora seja relativamente recente no campo educacional é amplamente discutida. Mantoan (2003) afirma que a partir do momento em que a escola se democratizou abrindo-se à novos grupos sociais (constituídos por pessoas com deficiências e outros que foram discriminados por conta das suas condições pessoais e sociais), no pensamento educacional inclusivo emergiram dois vocábulos nomeadamente a integração e inclusão. Estes permeiam tanto as práticas como as políticas educacionais que orientam o ensino especial e regular nas escolas públicas e privadas.

Na ótica da autora, “os dois vocábulos – integração e inclusão – enquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teóricos divergentes” (MANTOAN, 2003, p. 15). Por um lado, a integração

refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiências nas escolas comuns, mas emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiências, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residência para deficientes (idem, p.15).

Por outro lado, a inclusão “prevê a inserção de escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aulas do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p. 16).

No entanto, analisando as concepções de integração e inclusão apresentadas, podemos referir que ambos os conceitos têm em comum o fato de tanto um como o outro se referir, de alguma forma, à inserção dos alunos nos sistemas educacionais diferenciando-se apenas nos critérios usados para tal inserção.

A legislação brasileira que orienta a educação concebe a Educação Especial

como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular (MEC, 2008, p.8).

Nestes termos, a organização do sistema educacional nos leva ao entendimento de que a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, constitui, implicitamente uma das formas de integração na medida em que a transversalidade supõe flexibilidade que “oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os seus tipos de atendimento [especializado]” (MANTOAN, 2003, p. 16).

Enquanto a política educacional brasileira considera a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino, a moçambicana concebe-a como uma das modalidades do ensino escolar e técnico-profissional e considera seu público-alvo como sendo constituído de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) “cujo grau de afecção é severo e devem ser atendidas em escolas especiais” (Resolução nº 8/95, p. 180).

Deste modo, as orientações gerais das perspectivas das políticas educacionais de ambos os países, embora tenham como intencionalidade comum: garantir o direito à educação aos seus cidadãos, nos permitem constatar existência de especificidades características de cada uma. Ou seja, não obstante, o fato de ambos os países partilharem o mesmo código linguístico e possuírem uma história que envolve Portugal como a mesma potência imperialista europeia colonizadora, do ponto de vista sociocultural, econômico, político, educacional, trata-se de contextos diferentes. Nesse sentido, o estudo justifica-se por trazer as políticas de educação instituídas em de cada país, buscando identificar os aspectos gerais da legislação que orientam a política de inclusão educacional.

A análise feita constitui um estudo que, em termos metodológicos, fundamenta-se na pesquisa documental sobre a política de inclusão educacional nos dois países e está organizado com a descrição metodológica, resultados e discussão, em que são

apresentados os dados e objetivação dos resultados e; considerações finais, nas quais são ressaltadas as inferências mais expressivas decorrentes da pesquisa em pauta.

2 | METODOLOGIA

O estudo foi feito por meio da pesquisa documental que consistiu fundamentalmente na consulta de documentos oficiais que orientam a política de educação especial na perspectiva no Brasil e em Moçambique. As legislações do Brasil foram pesquisadas na internet especificamente no *site* do Ministério da Educação-MEC, onde foram consultadas nomeadamente a LDB nº 9.394/96; o CNE/CEB, 04/2009 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

As de Moçambique foram consultadas no site do governo e nos boletins da república. Os documentos são as principais Leis que regem o Sistema Nacional de Educação Moçambicana desde a Independência Nacional (1975) à atualidade, nomeadamente a Lei nº 4/83 e a Lei nº 6/92, a resolução nº 8/95. O estudo dessas leis foi complementado pela análise de Diplomas Ministeriais e Resoluções que foram implementadas nos últimos anos. A pesquisa dos documentos de ambos os países foi feita tendo como referência quatro variáveis nomeadamente: o conteúdo da legislação, o público-alvo da educação especial, os níveis de ensino e o serviço de apoio especializado. A seguir são apresentados os dados e a discussão dos principais resultados do estudo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A consulta de diferentes documentos oficiais que orientam a atividade educativa no campo da inclusão escolar permitiu a elaboração do quadro abaixo que apresenta as principais legislações do Brasil e Moçambique. O quadro apresenta sinteticamente o que tratam as leis, com destaque aos eixos de análises: *níveis de ensino, público-alvo da educação especial e serviço de apoio especializado ao aluno.*

Política da Educação Especial		
	Brasil	Moçambique
Legislação	LDB nº 9.394/96; CNE/CEB, 04/2009; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)	SNE, Lei nº 4/83 SNE, Lei nº 6/92 Resolução nº 8/95 Diploma Ministerial nº 191/2011
Níveis de Ensino	Todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente na rede regular de ensino	Todos os graus de ensino escolar e Ensino Técnico-profissional

Público-alvo da educação especial	Educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação	Crianças e jovens com deficiências físicas, sensoriais e mentais ou de difícil enquadramento social, e as com deficiências múltiplas graves e atraso mental profundo; Crianças com NEE cujo grau de afeção é severo,
Serviços de apoio especializados	Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos; Libras e guia-intérprete; cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.	Atendimento feito por professores capacitados sobre técnicas e metodologias de atendimento especializado Uso de recursos multifuncionais no processo de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades dos alunos (nos CREI)

Quadro 1- Política da educação especial: Brasil e Moçambique

Fonte: produção dos autores

O quadro 1 nos permite verificar, pelo menos ao nível do conteúdo da legislação que orienta a inclusão escolar no Brasil e em Moçambique, a existência de similaridades e diferenças. **No eixo 1 - níveis de ensino**-as legislações possuem diferenças, enquanto uma (a brasileira) prevê o acesso do seu público-alvo à todos os níveis, a outra (moçambicana) disponibiliza o acesso ao ensino escolar e técnico profissional não tendo ainda previsto, por exemplo a educação infantil e superior.

Um aspecto que se afigura como similaridade diz respeito a possibilidade de ambas as políticas utilizarem programas escolares especializados para compensar as dificuldades de aprendizagem no sentido de garantir o direito à educação dos seus cidadãos cumprindo assim convenções internacionais sobre o direito à educação.

Quanto ao **eixo 2 – público-alvo**, a despeito da garantia legal do acesso ao ensino, a condição do aluno assume um papel importante para que este usufrua desse direito. A legislação brasileira que orienta a política de inclusão e educação especial considera como público-alvo dessa política todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em Moçambique, a política de educação especial define como seu público-alvo as crianças e jovens com deficiências físicas, sensoriais e mentais ou de difícil enquadramento social, e as com deficiências múltiplas graves e atraso mental profundo.

Na definição do público-alvo para essas políticas educacionais há um aspecto não sutil que podemos constatar entre os dois contextos. A política brasileira define seu público tendo como referência a condição do sujeito que se pode caracterizar como um problema severo e a superdotação, enquanto a política moçambicana está mais preocupada com alunos que apareçam a escola com NEE significativas.

Para além da relativa diferença no que refere à definição da elegibilidade dos alunos para a educação especial, um aspecto que se caracteriza com alguma similaridade na política de educacional está relacionado ao serviço de apoio. **Eixo 3 – serviços de apoio** - A política brasileira institui o AEE como principal serviço de apoio e recomenda o uso de recursos educativos e organização específicos; libras e guia-intérprete; cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. O mesmo acontece com a política moçambicana que, por meio dos Centros de Recursos de Educação Inclusiva (CREI) disponibiliza recursos multifuncionais com serviços de diagnóstico e orientação e produção de material específico. O serviço de apoio a alunos que frequentam esses estabelecimentos conta com pessoal docente e especialistas de outras áreas como psicólogos e médicos.

No entanto, atendendo os aspectos analisados: níveis de ensino, público-alvo e serviços de apoio, os resultados ao nível do conteúdo da legislação e da sua intencionalidade política vale afirmar que as práticas de inclusão e atendimento especial escolar variam no Brasil e em Moçambique fundamentalmente no que se refere ao tempo de permanência dos alunos alvos da educação especial no sistema escolar e aos critérios de definição da elegibilidade de alunos para essas modalidades de atendimento.

Contudo, apesar de haver diferenças há aspectos que coincidem, como o caso de utilização de um conjunto de recursos multifuncionais para atendimento e a possibilidades de participação de pessoal não docente especializado em técnicas e metodologias de atendimento especial.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto procurou-se analisar os aspectos gerais da legislação que orienta a política de educação especial no Brasil e em Moçambique tendo-se constatado a existência de similaridades no diz respeito ao “espírito da lei”, e diferenças não muito significativas. Entre as diferenças podemos ressaltar o tempo de permanência e a garantia de acesso aos níveis de ensino, em que a política brasileira está aberta à totalidade de níveis e modalidade de ensino enquanto a moçambicana pode garantir a provisão de educação especial ao seu público até ao fim dos ensinos escolar e técnico-profissional.

E, no contexto das similaridades, ambas as políticas entendem que a educação especial deve servir se um conjunto de recursos multifuncionais e de pessoal capacitado sobre técnicas e metodologias de atendimento especial

Contudo, destacamos que as políticas não constituem “fórmulas” para resolver os problemas do cotidiano, elas precisam ser reformuladas e traduzidas à luz do contexto em que atuam, ou seja, a operacionalização das políticas depende de fatores sociais, culturais, econômicos e outros que caracterizam cada país. Assim análise dos documentos

formulados ao nível macro, não garante afirmar a sua exequibilidade ao nível do cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org), **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. SEDH. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Brasília-DF, 2007.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN. M. T. E. **inclusão escolar o que é? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Assembleia da República (Ed.). **Lei nº 6/92 de 6 de Maio**. 19. ed. Maputo: Bolem da República, 1992. (I Série).

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Assembleia da República (Ed.). **Resolução nº 8/95 de 22 de Agosto**. Maputo: Bolem da República, 1995. (I Série).

MOÇAMBIQUE. República de Moçambique. Assembleia da República (Ed.). **Ministério da Educação: Diploma Ministerial nº191/2011 de 25 de julho**. 29. Ed Maputo: Bolem da República, 2011. (I Série).

MOÇAMBIQUE. REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. (Comp.). **Lei nº 4/83 de 23 de Maio: Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE)**. 12. ed. Maputo: Bolem da República, 1983. (I Série).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 77, 79, 122, 145, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 201

Ações Afirmativas 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13

Aluno com Síndrome de Down 52

Aluno Surdo 26, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 101, 106, 109, 110, 111, 157, 181

Apoio à inclusão 201

Atendimento Educacional Especializado 7, 9, 38, 64, 66, 69, 77, 78, 79, 86, 90, 122, 134, 135, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 178, 200, 201, 202, 206, 207

Autismo 42, 63, 64, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133

Avaliação de Políticas 70

B

Base de dados bibliográficas 187

Brasil 14, 15, 17, 21, 23, 25, 32, 47, 48, 50, 57, 64, 70, 72, 73, 79, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 108, 109, 111, 116, 134, 135, 137, 138, 139, 154, 156, 160, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 182, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cidade 76, 105, 117, 125, 153, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 196

Consciência Linguística 152, 154, 155, 157

Contextos 7, 8, 80, 89, 102, 123, 134, 135, 136, 138, 161, 162, 181, 182

Criança 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 56, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 84, 100, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 132, 133, 188, 190, 191, 197, 198, 207

Cuidador na escola 196, 199, 200, 202, 203, 206

Cultura 1, 4, 5, 25, 28, 31, 35, 36, 44, 65, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 145, 152, 156, 157, 173, 174, 177, 178, 208

D

Deficiência visual 144, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Design 24, 25, 26, 27, 30, 32, 149

Dificuldade de aprendizagem 61, 62

Discurso 57, 80, 180

Dislexia 63, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

E

Educação Básica 11, 17, 18, 25, 39, 44, 56, 70, 71, 74, 77, 90, 99, 142, 143, 151, 165, 208
Educação de Jovens e Adultos 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165
Educação de Surdos 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104, 118
Educação em Saúde 34
Educação Especial 7, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 39, 44, 53, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 102, 103, 104, 108, 118, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 159, 163, 165, 178, 186, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 206, 207
Educação Inclusiva 1, 2, 3, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 51, 60, 78, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 108, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 196, 197, 198, 199, 201, 207
Educação Profissional 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Educação Superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 35, 47, 48, 72
Ensino de Libras L2 180
Escrita 1, 43, 47, 58, 63, 66, 68, 75, 77, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 153, 154, 156, 168, 184, 185, 188, 190, 191, 193, 204
Estratégias 1, 7, 8, 10, 35, 42, 53, 54, 59, 60, 61, 65, 88, 90, 108, 128, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 177, 183, 185, 191, 202

F

Formação de Professores 25, 56, 85, 88, 90, 92, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 164, 208

I

Inclusão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 189, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207
Infância 38, 40, 43, 44

J

Jogo Librário 24, 25

L

L1 152, 153, 155, 182
Lazer 97, 136, 167, 170, 173, 174, 177, 178
Libras 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 75, 76, 77, 79, 80, 81,

82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 138, 139, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Língua Brasileira de Sinais 16, 25, 31, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 75, 76, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 99, 101, 103, 106, 116, 118, 181, 185

Línguas de sinais 95, 152, 156

Ludicidade 67, 68, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 208

M

Meio Ambiente 24, 26, 27, 29, 30, 31

Moçambique 134, 135, 137, 138, 139, 140

N

Núcleo de Acessibilidade 1, 6, 8, 10, 12, 13

P

Painel Sensorial 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Pessoas com deficiência 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 40, 50, 53, 66, 79, 108, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Políticas Educacionais 70, 83, 102, 135, 136, 138, 149

Português 25, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 184, 185, 189, 191

Prática docente 52, 56, 58, 59, 100, 102, 103

R

Revisão 17, 24, 46, 49, 59, 69, 75, 80, 85, 87, 132, 187, 189, 190, 193

S

Sala de Recursos 44, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 132

Sinopses Estatísticas 14, 17, 18, 19

Surdez 35, 37, 48, 76, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 152, 158, 180, 182, 186, 202

Surdos 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 48, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 181, 182, 186

T

Tecnologia Social 24, 25, 32, 179

Terminologias de Química e Biologia em Libras 105

Trajetórias de aprendizagem 38, 42

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.arenaeditora.com.br 

contato@arenaeditora.com.br 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

www.facebook.com/arenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020